



## SUMÁRIO

---

*Nota à 8ª edição, xv*

*Nota à 7ª edição, xvii*

*Nota à 6ª edição, xix*

*Nota à 5ª edição, xxi*

*Nota à 4ª edição, xxiii*

*Introdução, 1*

### 1 DA PRIVATIZAÇÃO, 5

1.1 Noção, 5

1.2 Fundamentos, 8

1.2.1 Crescimento desmesurado do Estado: o Estado Social de Direito, 8

1.2.2 Consequências negativas da instauração do Estado Social de Direito, 11

1.2.3 Estado Democrático de Direito, 14

1.2.4 Estado Subsidiário, 15

1.3 Parceria e gestão associada, 22

### 2 DIREITO BRASILEIRO, 24

2.1 A Constituição de 1988, 24

2.2 A reforma da Administração Pública, 28

2.3 Alterações preconizadas no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, 30

2.4 Modalidades de parceria em função do tipo de atividade administrativa, 36

- 3 A DESCENTRALIZAÇÃO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, 42
  - 3.1 Descentralização política e administrativa, 42
  - 3.2 Descentralização administrativa, 43
    - 3.2.1 Descentralização territorial ou geográfica, 44
    - 3.2.2 Descentralização por serviços, técnica ou funcional, 45
    - 3.2.3 Descentralização por colaboração, 46
  - 3.3 Evolução das formas de descentralização administrativa, 50
    - 3.3.1 Concessão a empresas privadas, 51
    - 3.3.2 Surgimento das sociedades de economia mista e empresas públicas, 52
    - 3.3.3 Concessão de serviços públicos a empresas estatais, 53
    - 3.3.4 De novo a concessão a empresa privada, 57
    - 3.3.5 Outras formas de delegação de serviços públicos, 58
- 4 CONCESSÃO E PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA, 63
  - 4.1 A questão da terminologia, 63
  - 4.2 O vocábulo *concessão* em sentido amplo, 65
  - 4.3 Modalidades de concessão, 66
  - 4.4 Concessão de serviço público e parcerias público-privadas como formas de privatização, 67
  - 4.5 Normas legais aplicáveis à concessão de serviço público e às parcerias público-privadas, 68
  - 4.6 Competência legislativa, 70
- 5 CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, 74
  - 5.1 Introdução, 74
  - 5.2 Conceito, 74
  - 5.3 Duas ideias antitéticas no contrato de concessão de serviço público, 75
    - 5.3.1 Concessão como forma de gestão de serviço público, 77
      - 5.3.1.1 Aspecto regulamentar da concessão, 77
      - 5.3.1.2 Prerrogativas públicas do concessionário, 78
      - 5.3.1.3 Princípios inerentes à concessão, 78
      - 5.3.1.4 Poderes da administração concedente, 82
      - 5.3.1.5 Reversão, 90
      - 5.3.1.6 Natureza pública dos bens afetados à prestação do serviço, 91
      - 5.3.1.7 Responsabilidade civil regida pelo direito público, 92
      - 5.3.1.8 Efeitos trilaterais da concessão, 94
    - 5.3.2 Concessão de serviço público como contrato, 97
      - 5.3.2.1 Direito ao equilíbrio econômico-financeiro, 97
      - 5.3.2.2 Remuneração do concessionário, 107
    - 5.3.3 Subcontratação, subconcessão, transferência da concessão e transferência do controle acionário, 109

- 5.3.4 O prazo nas concessões e permissões, 113
- 5.3.5 Modalidades de extinção, 115
- 5.4 Da licitação para concessão de serviço público, 118
- 5.5 Desvirtuamento do instituto da concessão, 123
  - 5.5.1 Objetivo de lucro pelo poder concedente, 125
  - 5.5.2 Uso remunerado de faixas de domínio e de bens públicos municipais, 128
- 6 CONCESSÃO DE OBRA PÚBLICA E PERMISSÃO E AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO, 130
  - 6.1 Concessão de obra pública, 130
  - 6.2 Permissão de serviço público, 131
  - 6.3 Autorização de serviço público, 135
  - 6.4 Autorização do serviço de telecomunicações, 138
- 7 PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS, 143
  - 7.1 Introdução, 143
  - 7.2 Conceito e modalidades, 145
  - 7.3 Concessão patrocinada, 146
    - 7.3.1 Conceito, 146
    - 7.3.2 Pontos comuns com a concessão de serviço público, 147
    - 7.3.3 Distinção entre concessão de serviço público e concessão patrocinada, 149
    - 7.3.4 Remuneração, 150
  - 7.4 Concessão administrativa, 151
  - 7.5 Traços comuns à concessão patrocinada e à concessão administrativa, 155
    - 7.5.1 Contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado, 155
    - 7.5.2 Equilíbrio econômico-financeiro. Repartição de riscos, 155
    - 7.5.3 Compartilhamento de ganhos econômicos, 156
    - 7.5.4 Financiamento por terceiros. Garantias e contragarantias, 157
    - 7.5.5 O Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas (FGP), 161
    - 7.5.6 Da sociedade de propósitos específicos, 165
    - 7.5.7 Do órgão gestor das parcerias público-privadas, 166
    - 7.5.8 Do controle, 167
    - 7.5.9 Das penalidades, 168
    - 7.5.10 Do prazo, 170
    - 7.5.11 Providências prévias à licitação, 170
      - 7.5.11.1 Autorização e motivação, 170
      - 7.5.11.2 Observância da Lei de Responsabilidade Fiscal, 171
      - 7.5.11.3 Consulta pública, 173

- 7.5.11.4 Licença ambiental, 173
- 7.5.12 Da licitação, 174
- 8 O PAPEL DAS AGÊNCIAS REGULADORAS NOS SERVIÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS, PERMITIDOS OU AUTORIZADOS, 177
  - 8.1 Características, 177
  - 8.2 Modelo norte-americano, 181
    - 8.2.1 Noções gerais, 181
    - 8.2.2 Função quase-legislativa. Evolução, 182
  - 8.3 Função reguladora das agências no direito brasileiro, 188
    - 8.3.1 Regulação e regulamentação. Re-regulação e desregulação, 188
    - 8.3.2 Função normativa de órgãos administrativos no direito brasileiro, 192
    - 8.3.3 Função reguladora das agências reguladoras, 194
- 9 FRANQUIA, 199
  - 9.1 Da franquia no direito privado, 199
  - 9.2 Do uso da franquia pela Administração Pública, 203
  - 9.3 Contrato de concessão, franquia e terceirização, 207
    - 9.3.1 Franquia como modalidade de concessão, 207
    - 9.3.2 Distinções entre concessão de serviço público e franquia, 209
    - 9.3.3 Da franquia na Administração Direta e Indireta, 211
- 10 TERCEIRIZAÇÃO, 213
  - 10.1 Terceirização como forma de privatizar, 213
  - 10.2 Terceirização do trabalho pela empresa privada, 214
  - 10.3 Terceirização no âmbito da Administração Pública, 219
  - 10.4 Terceirização de serviços públicos, 224
    - 10.4.1 Terceirização na área da saúde, 227
    - 10.4.2 Terceirização na área da educação, 230
- 11 CONVÊNIOS E CONSÓRCIOS PÚBLICOS, 231
  - 11.1 Convênios, 231
  - 11.2 Consórcio público, 239
    - 11.2.1 Considerações gerais, 239
    - 11.2.2 Conceito e natureza jurídica, 242
    - 11.2.3 Constituição, alteração e extinção do consórcio, 244
    - 11.2.4 Contratos de rateio, 248
    - 11.2.5 Contratos de programa e convênios de cooperação, 249
- 12 PARCERIAS COM O TERCEIRO SETOR, 252
  - 12.1 Terceiro setor, 252

- 12.2 Contratos de gestão, 255
    - 12.2.1 Dificuldades do tema no direito brasileiro, 255
    - 12.2.2 Direito francês, 256
    - 12.2.3 Direito brasileiro, 261
      - 12.2.3.1 Contratos de gestão **com** órgãos da administração direta e entidades da administração indireta, 261
      - 12.2.3.2 Contratos de gestão com organizações sociais, 266
      - 12.2.3.3 Os Serviços Sociais Autônomos como inspiração para as organizações sociais, 272
      - 12.2.3.4 O Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais, 275
      - 12.2.3.5 Conclusões, 278
  - 12.3 Termos de parceria com organizações da sociedade civil de interesse público, 279
- 13 DA UTILIZAÇÃO INDEVIDA DA PARCERIA COM O SETOR PRIVADO COMO FORMA DE FUGIR AO REGIME JURÍDICO PUBLICÍSTICO, 284
- 13.1 Fundações de apoio a entidades públicas, 284
  - 13.2 Cooperativas prestadoras de serviços públicos, 293
- 14 DOS RISCOS PARA O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE, 299
- APÊNDICES, 305
- Parecer 1. Impenhorabilidade de bens afetados à prestação de serviço concedido, 307
  - Parecer 2. Autorização legislativa e modalidade de licitação na privatização de empresas estatais concessionárias de serviços públicos, 324
  - Parecer 3. Prestação de garantia na concessão de serviço público, 342
  - Parecer 4. Advocacia Pública. Limites à terceirização, 357
  - Parecer 5. Transporte coletivo. Permissão com fixação de prazo, 377
  - Parecer 6. Concessão de serviço público. Natureza jurídica da remuneração paga pelos usuários, 387
  - Parecer 7. Uso de faixas de domínio e de bens públicos municipais para instalação de serviços públicos concedidos, 401
  - Parecer 8. Compartilhamento de infraestrutura por concessionárias de serviços públicos. Preço justo e razoável. Solução administrativa de conflitos, 425
- Bibliografia*, 451
- Índice remissivo*, 457